

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 22 de março de 2022 - Ata n.º 19.

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Alexandre Curi** (na função de 1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **19.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Consulto o 1.º Secretário, Deputado Alexandre Curi, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSB): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 39/2022** do Governador do Estado, encaminhando tabela com Decretos editados no mês de dezembro/2021 para abertura de créditos adicionais extraordinários, conforme dispõe o art. 44 da Lei n.º 4320, de 17 de março de 1964.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, hoje, com muito orgulho, estamos recebendo aqui no Plenário da Casa nossa querida sanfoneira paranaense Bia Socek, lá de Quitandinha para o Brasil e para o mundo, fazendo sucesso hoje em todo o País. Por solicitação e proposição do Deputado Plauto Miró, já entregamos uma Menção Honrosa a ela lá no gabinete da Presidência em reconhecimento pelo seu trabalho como artista, considerada a melhor sanfoneira do Brasil e por levar o nome do Paraná em todos os cantos do País. Ela nasceu em Quitandinha, tem 19 anos de carreira, vem ganhando o Brasil com seu talento, possui mais de 3 milhões de seguidores nas redes sociais e uma de suas publicações teve mais de 16 milhões de visualizações em dois meses, o que rendeu a ela o título de melhor sanfoneira do País. Ao todo, os seus vídeos possuem mais de 300 milhões de visualizações. Ela é multi-instrumentista, toca viola, violão, acordeom, ukulele, não sei o que é isso, tem dez CDs gravados na carreira, vendeu 14 mil CDs de mão em mão, em festas regionais, acompanhada de sua mãe, todos os finais de semana, dos 10 aos 17 anos. Em 2017 lançou a sua carreira nacional percorrendo todo o cenário nacional, com *shows* e apresentações em grandes eventos da música brasileira. Então, fiz questão de trazê-la aqui, porque se prestam tantas homenagens a pessoas no nosso Estado e acho que é muito justa esta homenagem à Bia, uma mulher humilde, que nasceu em um berço humilde, já tive oportunidade de ver um vídeo que ela fez com a sua família, e que se projeta nacionalmente, em todo o Brasil, e hoje ela é, na minha visão, *Bicho do Paraná*, deveria receber essa honraria também. Então, convidei-a para que viesse aqui fazer uma pequena apresentação. Bia, a Casa ainda está de forma remota, nem todos os Deputados estão por aqui, mas estão presencialmente em casa, ou nos gabinetes, assistindo, e a *TV Assembleia* transmitindo ao vivo a tua apresentação. É com você.

SR.^A BIA SOCEK: Boa tarde a todos. Bom, enquanto ele vai regulando o som lá, quero agradecer imensamente, primeiramente a Deus, ao Deputado Plauto, pelo carinho, por essa homenagem feita aqui. Agradecer a todos os Deputados por terem aceito, por terem votado, muito obrigada. Para mim é uma alegria muito grande. Sou uma paranaense, nasci e me criei em Quitandinha, Paraná, e viajo

por todo o Brasil levando o nome do Paraná, levando o nome de Quitandinha, da minha cidade. Sou de origem polonesa, estou assim, estamos um pouco abalados com o que estão fazendo com a Ucrânia. Quero prestar aqui as minhas condolências, meus sentimentos às famílias de ucranianos que vieram a falecer. A Ucrânia é próxima da Polônia. E levarei o nome do Paraná, levarei o nome de Quitandinha por todo este Brasil e até para fora quando for, com muito carinho. Obrigado pelo reconhecimento. Agradecer ao meu empresário, Alexandre Peixoto, que está comigo sempre e que gerencia a minha carreira, agradecer à minha mãe que sempre esteve do meu lado e a todos os meus familiares e amigos. Vou cantar e tocar uma música que geralmente toco na viola caipira, mas não posso deixar de cantar ela aqui, que foi uma das primeiras músicas que gravei lá quando tinha 9, 10 anos. Remete-se ao Paraná e remete-se à Rainha do Paraná.

(APRESENTAÇÃO MUSICAL.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Agradecemos imensamente a tua presença aqui, Bia. com certeza uma das coisas que o Parlamento e os Deputados que são da Capital ou do interior gostam de prestigiar são os valores da nossa terra. Você é paranaense de Quitandinha, fazendo sucesso em todo o Brasil, orgulho de todos nós. Seja sempre bem-vinda aqui à nossa Casa. Ok.

SR.^A BIA SOCEK: Muito obrigado pelo carinho, e Deus abençoe cada um de vocês aqui! Sigam-me, quem não me segue lá, Bia Socek no *Instagram*, no *Facebook*, com certeza estarei levando o nome do Paraná, da minha cidade, que é Quitandinha, até onde Deus permitir.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Se V.Ex.^a me permitir, gostaria de saudar essa querida amiga, uma pessoa que temos um carinho muito grande, e que

honra toda população da nossa Quitandinha, que representamos aqui na Assembleia. Obrigado, Presidente Traiano, parabenizando o Deputado Plauto pela excelente iniciativa de trazer essa guerreira, essa menina que conhecemos há muitos e muitos anos, desde a época que ia com a Anibellão fazer campanha na nossa querida Quitandinha. Fico feliz de estar com o meu amigo, Ex-Prefeito Neco Prado, e dizer da história da sua família, da dona Anastácia, essa pessoa de brio, guerreira, que incentivou muito a sua luta, o seu sonho, que hoje você é uma referência em todo o Estado do Paraná. Fico muito feliz e te parabenizo do fundo do meu coração, continue desse jeito, porque você honra o Estado do Paraná, Bia.

SR.^A BIA SOCEK: Muito obrigado. Lembro você fazendo, ao lado do seu pai, propaganda política nas festas e eu vendendo CD, nos esbarrávamos.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): E comprei algumas vezes teus CDs.

SR.^A BIA SOCEK: Comprou. Fazia você comprar os CDs lá. Muito obrigado por me prestigiar desde aquela idade lá de baixo. Deus abençoe.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Esta Presidência registra a presença aqui da Prefeita de Francisco Alves, Sr.^a Milena Rosa, por solicitação do Deputado Alexandre Curi. E também do sempre Deputado e Líder do Governo Requião nos idos 90, Deputado Renato Adur. Seja muito bem-vindo à nossa Casa aqui. Vamos iniciar o nosso Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Soldado Fruet; e Pedro Paulo Bazana.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, boa tarde, uma ótima terça-feira para nós. Senhor Presidente, rapidinho, que não quero atrapalhar os trâmites das votações, então ia encaminhar o meu voto, mas prefiro falar aqui no Pequeno para não atrapalhar o

andamento das votações. Bom, quero justificar o porquê que estou votando não aos PLs 34, 36, 37, 38 e 39, que trata sobre a reposição anual, a tal da data-base, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia, Defensoria. Sem dúvida, Sr. Presidente, esses trabalhadores, esse pessoal, eles merecem essa recomposição salarial, decorrente da inflação dos dois últimos anos. Sou testemunha do trabalho de muitos desses servidores, são dedicados, pontuais, gentis, mas a categoria do servidor público, Sr. Presidente, vai muito além desses órgãos. Enquanto os nossos irmãos servidores públicos do Executivo não tiverem a mesma reposição salarial dada aos demais, não me sinto, Sr. Presidente, não me sinto à vontade para votar um “*sim*”. Vejam, meus amigos Parlamentares, os demais poderes aí nos últimos seis anos, todos os servidores, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Alep, a Defensoria, tiveram os reajustes garantidos, além disso, todos têm auxílio, como alimentação, saúde, e alguns até têm auxílio-creche. E os servidores do Executivo não têm nada disso, e nesses seis últimos anos perderam mais de 35% do poder de compra de seus salários pela falta de reposição. Então, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho a esses guerreiros, esses trabalhadores, pela falta de uma ação do Governador que garanta, sim, uma isonomia a todos os servidores do Estado do Paraná, meu voto vai ser “*não*” a esses projetos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Com a palavra o Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PV): Boa tarde, Sr. Presidente, Traiano, demais componentes da Mesa, os demais Deputados. A nossa fala hoje, Presidente, é uma fala de agradecimento. Na tarde de ontem pudemos ter uma gratificação muito grande, uma vasta gratificação, gratidão, por podermos colocar nesta Casa a primeira assessora com Síndrome de Down. E no decorrer do evento conseguimos sensibilizar ainda mais o coração do Caputo e também do Presidente Traiano, onde além da Karina, a Casa passa a receber, a partir de 1.º de abril, serão nomeadas mais duas pessoas com Síndrome de Down. Isso para

nós não tem preço, Sr. Presidente. Então, é uma forma de gratidão, de agradecimento a você, ao Caputo também, por estar acolhendo aqui o Dudu e a Maiara também. Tenho certeza de que será um ganho gigantesco para esta Casa de Leis trazer as pessoas com deficiência para mais perto de nós. E convidar também os Deputados que passem nos nossos gabinetes, batam um papinho com esses assessores, porque eles se sentem muito mais felizes e muito mais humanos quando são visitados e acabam conversando um pouquinho. Para nós que estamos no movimento aí há quase 20 anos, trabalhando em prol da pessoa com deficiência, a inserção no mercado de trabalho é um dos nossos ganhos maiores, quando conseguimos dar dignidade a esse ser humano, que ele pode trabalhar, que ele pode ganhar o seu sustento, que ele pode ajudar a própria família, isso não tem preço. Então, temos neste momento um ato de gratidão e de agradecimento a esta Casa, por meio do nosso Presidente Traiano, mais uma vez agradecendo ao nosso Presidente, ao nosso companheiro Michele também, que ontem nos cedeu espaço para poder falar um pouquinho no seu momento, e podermos ter essa alegria. Então, muito obrigado, de coração. E queremos agradecer também ao nosso Governador Ratinho Junior, que ao apresentarmos o primeiro projeto da primeira Apae a ser construída pelo Governo do Estado, com a sua sensibilidade, o Governador também nos atendeu, depois de conversarmos muito com o nosso Presidente Traiano, com o Romanelli e com alguns Deputados, esses projetos vão começar a ser executados. Isso para nós é outro ganho porque vamos poder construir uma Apae para cidades pequenas que não têm condições, mas em um espaço adequado para receber as pessoas com deficiência em um lugar mais tranquilo. Um atendimento com dignidade e vai fazer com que essas pessoas com deficiência possam se desenvolver muito mais. Tenho certeza de que a partir do momento que a primeira estiver pronta, muitas outras irão acontecer no nosso Estado, porque são seres humanos que precisam ser respeitados. Então, as associações que cuidam de pessoas com deficiência precisam de todo respeito: tanto dos nossos prefeitos dentro das suas cidades, como por meio do Governo do Estado, de quem recebemos grande amparo. Mais

uma vez agradecemos ao Governador Ratinho Junior por estar nos ajudando e por tudo aquilo que presenciamos na tarde de ontem. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pelo PL, nas Lideranças, Delegado Jacovós.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Delegado Jacovós (PL); Goura (PDT); Homero Marchese (PROS); Tadeu Veneri (PT); Reichembach (PSC); Marcio Pacheco (REPUB); Hussein Bakri (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, demais pares. Nos últimos dias temos acompanhado um esforço do Governo que criou uma Comissão para discutir os subsídios da Polícia Militar, criou uma Comissão para discutir os subsídios da Polícia Civil. A Casa Civil muito empenhada, a Liderança do Governo, a própria Assembleia Legislativa do Paraná em várias reuniões. Vejam bem, o Deputado, nosso preclaro Deputado Galo, pronunciou-se esses dias a respeito do Detran, outros Deputados também se pronunciaram e venho aqui fazer um apelo ao Governo Ratinho Junior, ao Líder Hussein Bakri, que nesse esforço conjunto da Secretaria da Fazenda em atender às justas reivindicações de todo o funcionalismo, não possamos de forma alguma nos esquecer do Detran. Como bem o disse o Deputado Galo, é uma das instituições que mais arrecada para o Governo do Estado do Paraná. Não tenho números aqui, mas tenho informações que somente no ano de 2021, o Detran arrecadou mais de R\$ 1,5 bilhão para o Estado do Paraná por meio de suas taxas. E desse R\$ 1,5 bilhão, apenas 28%, salvo engano da, fica para o Detran investir em equipamentos, funcionários e inclusive é pago o salário dos funcionários com esses 28%. Vejam aí: R\$ 1,5 bilhão, tira 28%, sobrou quanto? Assim, também tenho informações que o salário médio de um assistente administrativo ou um técnico, no Detran, gira em torno de R\$ 2.600,00. Ele ganha 1.600,00, mas tem mais uma tal de gratificação, aí, chega a 2.600,00. Funcionários do Detran não são muitos, quantos são no Estado do Paraná, em torno de 600, 700? Não podemos nos esquecer que é um

órgão que hoje não ouvimos falar de nenhuma irregularidade no Detran, não ouvimos falar em corrupção como no passado sempre tinha alguma coisa. Hoje não ouvimos falar nisso. Então, assim, dão um retorno muito grande no Estado e faço um apelo ao Governo e ao Líder do Governo para que possa ficar atento a essa questão também dos subsídios dos funcionários do Detran. O Líder tem acompanhado a questão das discussões da Polícia Civil, da Polícia Militar, disse-me hoje, o Líder Hussein, e aqui quero fazer um elogio ao Hussein, que ele está sempre nos atendendo. Se for para dizer “*não*” ele fala também, mas na medida do possível está nos atendendo: *Oh, Jacovós, o pessoal está dizendo nos grupos aí que não vai vir esse Projeto até o dia 30 e que o Governo não está fazendo a reunião, marcou a reunião...* O governo às vezes tem que, obviamente, postergar uma reunião em razão de várias situações. Mas o Líder me garantiu, falou: “Jacovós, acredito que até amanhã, quarta-feira, até amanhã, quarta-feira, esse Projeto chega aqui”... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Jacovós, concluiu?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Estou com dificuldade aqui, Sr. Presidente, mas vou para a conclusão, perdoem-me, mas estou com dificuldade técnica aqui. Mas o Líder disse que talvez até quarta-feira chegue esse Projeto à Assembleia Legislativa para que possamos discutir essa questão dos subsídios tão merecidos da Polícia Civil, da Militar, da Polícia Penal. Quero aqui destacar, inclusive o Presidente Traiano, que nessa questão da Polícia Penal recebeu todos os diretores da Polícia Penal; o 1º Secretário Romanelli; a Liderança do Governo. Então, assim, todos os Deputados da Assembleia Legislativa estão empenhados de que o funcionalismo tenha o seu justo reajuste. Entendeu? Não está se pedindo mais nada daquilo que é merecido, do que são merecedores, porque, realmente, a Polícia Civil trabalha com uma defasagem de 60%, a Polícia Militar 60% e os índices de criminalidade estão tranquilos! Dão o sangue, dão a vida como todos os demais funcionários da segurança pública, a Polícia Penal, os funcionários administrativos também do Depen, os funcionários administrativos do

Instituto de Criminalística, dão o sangue! Então, o que está sendo pedido é nada mais daquilo que lhes é de direito, está entendendo? Quero então agradecer esse esforço conjunto do Presidente Traiano, do 1.º Secretário Romanelli, da Liderança do Governo e de todos os Deputados da Base. Aqui não tem negócio que: *Ah, o Jacovós, da segurança conseguiu isso, conseguiu aquilo*. É mentira! O Deputado que quiser tirar para ele e falar assim: *Ah, consegui isso e aquilo*, para mim vou chamar de mentiroso. É um esforço conjunto de todos os Deputados da Base. Quero agradecer à Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri, que sempre nos atende com muita atenção. Muito obrigado, Sr. Presidente, para concluir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa do Vice-Presidente da Câmara da cidade de Pato Branco, Sr. Dirceu Boaretto, por solicitação do Deputado Guto Silva; dos Vereadores da cidade de Borrazópolis, Sr. Fernando Augusto Nunes e Sr. Valdinei Rodrigues Del Grande, por solicitação do Deputado Artagão; do Vereador da cidade de Clevelândia, Sr. Pedrinho, por solicitação do Deputado Nelson Luersen. Próximo orador, pela Liderança do PDT, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Boa tarde, Sr. Presidente, prezados Parlamentares, prezados servidores e cidadãos paranaenses. Nesta tarde de hoje, neste dia de hoje, comemoramos o *Dia Mundial da Água*. Uma data importantíssima para a conscientização sobre a importância do acesso à água, da garantia de reservas puras, controladas, que toda população deve ter o acesso à água garantido pelo poder público. E, na manhã de hoje, participei, Sr. Presidente, de um ato no Salão de Atos, aqui do Parque Barigui, na capital, onde em um grande encontro de promoção de sustentabilidade, o encontro para valorização do Rio Ribeira. Quero lembrar aqui a importância dessa bacia hidrográfica, bacia hidrográfica do Ribeira que a parte do Paraná que engloba sete municípios, municípios que têm uma riqueza fantástica, que têm uma biodiversidade única, que têm uma história única, mas que, infelizmente, sofrem um descaso histórico por parte do poder público. Estamos falando de municípios que têm um dos IDHs mais baixos do Estado do Paraná e que precisam ser fortalecidos nas suas ações, nas suas políticas

públicas. Temos no município de Tunas, em Bocaiuva, em Adrianópolis, todos dentro da Bacia do Ribeira, há comunidades quilombolas que têm uma história de luta, de preservação do meio ambiente, de preservação da sua cultura e da sua história única em toda a nossa região. Temos duas unidades de conservação, dois parques estaduais fantásticos e muito pouco conhecidos. Quero nominá-los, Sr. Presidente, é o Parque Estadual de Campinhos, que fica aqui seguindo a Estrada da Ribeira, passando o Norte de Curitiba ali pelo município de Colombo, chegamos em Tunas, o Parque Estadual de Campinhos ele é aberto à visitação, com cavernas fantásticas. E indo adiante, entre Tunas e também Adrianópolis, este que é talvez um dos parques mais importantes do Estado do Paraná, o Parque Estadual das Lauráceas que está, também, na Bacia do Ribeira e que é o maior parque, é a maior unidade de conservação no Estado do Paraná. Ela é gerida pelo Instituto Água e Terra, pelo Departamento Ambiental, mas que no nosso entendimento precisa ser muito mais valorizado. Inclusive propomos e aqui faço esse registro público, em acordo com o plano de manejo do parque, que seja permitida a visitação controlada, com guias nesta importantíssima unidade de conservação. Há registros, inclusive, da presença de onças-pintadas. No ano passado fizemos uma Audiência Pública sobre os grandes felinos do Paraná e os pesquisadores relataram que há essa incidência, esse registro de onças-pintadas aqui pertinho da capital paranaense no Parque Estadual das Lauráceas. A gestão do parque é feita por funcionários contratados pela Prefeitura de Tunas e Adrianópolis e das comunidades quilombolas. O nosso pleito junto ao IAT é que haja o fortalecimento da atividade profissional dessas pessoas, dos quilombolas que trabalham nesta unidade de conservação para que eles possam se qualificar cada vez mais e que o Parque Estadual das Lauráceas seja aberto à visitação controlada, com os guias oriundos das comunidades quilombolas. De forma geral, Sr. Presidente, temos que valorizar o turismo de natureza, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira. E há bons exemplos do outro lado do rio. Temos no Estado de São Paulo, também na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira, bons exemplos, como no petar, como na caverna do diabo, em outros parques estaduais do lado de lá, do lado de São Paulo, exemplos que podem e

devem nos inspirar, aqui, para que possamos, então, valorizar esta região tão importante. Lembro a todos que as nascentes do rio Ribeira estão aqui no município de Castro, Ponta Grossa, no Parque Nacional do Campos Gerais e há então a necessidade de um maior olhar por parte do poder público. Neste *Dia Mundial da Água*, neste dia de valorização do rio Ribeira, quero agradecer aos parlamentares que subscreveram o Projeto de Lei que será lido, hoje, pelo Presidente da Assembleia, foi protocolado com o apoio de vários Parlamentares, um Projeto que institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a *Semana do Rio Ribeira*. Uma semana em outubro para a educação ambiental, para conscientização da importância deste rio para o Estado do Paraná. Dito isto, também, Sr. Presidente, quero lembrar e fazer uma cobrança ao Governo do Estado do Paraná para que, de fato, ele tenha uma política efetiva para o turismo de aventura, o turismo de natureza. Ontem teve um evento promovido pelo Sebrae e também pelo Governo do Estado ou pelo menos com o apoio ativo do Governo do Estado, na Ópera de Arame, sobre esse tema. Infelizmente, não sei se, por ser da Oposição ou por outro motivo, a Comissão de Meio Ambiente que presido não foi sequer convidada para este evento, mas faço aqui alguns apontamentos que servem de forma propositiva para que o Estado do Paraná tenha, de fato, uma política de turismo de aventura, de turismo de natureza, de turismo de base comunitária. Queremos que as nossas unidades de conservação tenham um plano de manejo efetivo. Acho que é muito bonito falarmos de turismo de natureza quando abandonamos os nossos parques, as nossas unidades de conservação, esperando que a iniciativa privada, que a concessão à iniciativa privada vai resolver todos os problemas. Enquanto isso, já falei muitas vezes aqui, o Parque Estadual da Serra da Baitaca, Parque Estadual do Pico Paraná, Parque Estadual do Conjunto do Marumbi, Parque Estadual do Pau Oco, também no município de Morretes, todos sofrendo por falta de ação do Governo do Estado do Paraná. Precisamos, sim, da implantação imediata dos planos de manejo, da orientação aos visitantes e de um controle de acesso preservando a biodiversidade e garantindo que este uso desses parques, que é um uso cada vez mais frequente, as pessoas estão buscando cada vez mais esse contato com a natureza, com as

montanhas, com as cachoeiras, que este uso seja, sim, seguro para todos. Lembro também, Sr. Presidente, que não sei se por incompetência, por falta de eficiência ou por falta de vontade política, o Caminho do Itupava, o caminho histórico que foi a primeira conexão, uma das primeiras conexões entre a planície litorânea com o primeiro planalto, está abandonado igualmente pelo órgão ambiental. O Caminho do Itupava é um dos principais atrativos do turismo de aventura, do turismo de natureza, diria de todo o Brasil. É um caminho histórico. Convido os Parlamentares que desejarem um dia fazê-lo, são cerca de oito, nove horas de caminhada, saindo de Quatro Barras, também nas bordas da Serra da Baitaca e caminhando em meio à Serra do Mar, chegando até Porto de Cima. O Caminho do Itupava encontra-se fechado oficialmente pelo Governo do Estado, as trilhas estão sem a manutenção, há necessidade da reparação de algumas pontes, há necessidade urgente da implantação da devida sinalização para os visitantes terem essa segurança. É um dos caminhos mais lindos de todo o Brasil, Sr. Presidente, e encontra-se no quarto ano da gestão Ratinho Junior, fechado, assim como o Parque Estadual do Pau Oco que acabei de mencionar aqui. Senhor Presidente, neste último minuto, aproveito para registrar um ponto que já falei em Sessão, que a Justiça Federal suspendeu o uso dos recursos da multa da Petrobrás pelo derramamento de óleo bruto, óleo cru no Rio Iguaçu, há 20 anos. A Justiça Federal, atendendo a um pedido do Ministério do Estado do Paraná, suspendeu o uso por parte do Estado, do Governo do Estado, exigindo a realização de uma Audiência Pública. Este pedido do Ministério que tem o apoio de diversas entidades, inclusive do nosso mandato, ele exige que haja melhor cuidado com o dinheiro público e a estrita observância dos recursos junto ao que está na decisão judicial. E não é isso que a Sedest está fazendo. Há diversos desvios de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Como dizia, há diversos indícios de desvios de finalidade, que esses recursos estão sendo gastos para fins

eleitóreiros, fins para favorecimento político e não os fins de acordo com o que está previsto no acordo judicial. É isso, Sr. Presidente, quero lembrar que neste mês de abril teremos várias Audiências Públicas importantes promovidas pelo nosso mandato. Uma Audiência para discutir o subsídio do Governo do Estado ao transporte coletivo dos grandes centros urbanos do Paraná; uma Audiência Pública para discutir as políticas da pesca artesanal do nosso Litoral; e também, no dia 26 de abril, uma Audiência para discutir a BR-376 e a reincidência de acidentes com cargas tóxicas nessa BR. Era isso, Sr. Presidente, Viva o *Dia Mundial da Água*!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, seu tempo encerrou. Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara da cidade de Dr. Camargo, Sr. Rafinha; do Procurador-Geral do Município de Dr. Camargo, Sr. Wellington Junior Brizzi, por solicitação do Deputado Dr. Batista; do Secretário de Mandaguaçu, Sr. Gustavo Saes; do Secretário de Cultura, Sr. Vitor Rocco, por solicitação do Dr. Batista também; do Vice-Prefeito da cidade de Boa Vista da Aparecida, Sr. Gilmar Betti, por solicitação do Deputado Márcio Pacheco. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): *Pela ordem*, Sr. Presidente, enquanto o Deputado Tadeu Veneri está se dirigindo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem*.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Senhor Presidente, venho para marcar uma reunião ordinária da Comissão de Saúde que será realizada amanhã, às 8h30, Sessão remota, no Auditório Legislativo. A pauta: Projeto de Lei 655/2021, que assegura a plena liberdade do direito de ir e vir em todo o território nacional do Estado do Paraná e veda a exigência de passaporte sanitário. O relator desse Projeto amanhã será o Deputado Evandro Araújo. Aproveito para convidar os Deputados, o Vice-Presidente Michele Caputo, Deputados Evandro Araújo, Ricardo Arruda, Marcio Pacheco, Cristina Silvestri e Arilson Chiorato. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, com a palavra.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Venho a esta tribuna, primeiro, para agradecer aos Deputados da CCJ, que deram parecer favorável, no caso, da Deputada Cristina, que foi acompanhada por outros Deputados, ao Projeto que estabelece termos nos estádios, nas arenas esportivas, que obviamente vindo a Plenário sofrerá também emendas, que tenhamos campanhas de incentivo à tolerância e contra a discriminação a mulheres e a grupos minoritários da sociedade, no caso, LGBT. Faço isso de público, Sr. Presidente, porque sei que o tema é polêmico. Inclusive, interpretei mal a fala do Deputado Homero e pedi desculpas a ele, porque entendi que a sua posição era contrária, não por ser contrário, mas pela forma como estávamos fazendo o debate. Obviamente que isso não significa o voto favorável em Plenário, mas significa que esta Casa dá um passo importante. Dá um passo importante quando fala que as mulheres que vão ao estádio, e aqui temos várias mulheres, Deputadas ou não, que vão ao estádio de futebol e que sabem o quanto é difícil para uma mulher, o quanto é difícil para uma mulher ir a um estádio. Não é só por conta da torcida. A torcida incomoda enquanto ela está lá, a mulher está lá ou homossexual está lá, mas quando ela vai fazer qualquer coisa, que vá fazer, se ela for comprar, como falamos no Paraná Clube que íamos bastante, agora, está meio difícil, mas íamos bastante no estádio, se ela chegar de *shorts* para comprar um pão com bife e uma cerveja, ela é importunada na fila. Se ela for ao banheiro, nem sempre os banheiros são adequados. Não há banheiros que você tenha uma filha de três, quatro anos, possa levar essa menina ao banheiro. Não há um banheiro onde as mulheres possam sentir, é claro que há exceções, já foi dito aqui que há alguns estádios, pouquíssimos no Brasil têm instalações, que respeitam as mulheres, mas o que queremos é que de tempo em tempo, nos intervalos, os autôfalantes dos estádios, as transmissões feitas diretamente pelos clubes, as faixas que são colocadas, levem em conta as considerações, que não são só nos estádios de futebol, mas também nos estádios de futebol, são também nas arenas esportivas de vôlei, de basquete, que levem em conta que as mulheres, não é que

elas mereçam, porque não é questão de merecimento, é direito. As mulheres têm o direito de serem respeitadas, de estar onde elas quiserem estar, assim como também os homens o fazem. Não é admissível que uma mulher deixe de ir a um estádio, com uma amiga, com uma filha, simplesmente, por ser mulher.

Deputada Mabel Canto (PSC): Deputado Tadeu, um aparte.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Concedo-lhe o aparte.

Deputada Mabel Canto (PSC): Acho muito pertinente, Deputado Tadeu, o que o senhor coloca, a questão da mulher torcedora nos estádios. Digo isso porque sou uma operariana que vai ao Germano Kruger, em quase todos os jogos. De fato, algumas vezes também já fui e já vi outras mulheres sendo hostilizadas. Acho que, além disso, Deputado Tadeu, os estádios hoje também são ambientes familiares. Eu, por exemplo, levo os meus filhos pequenos ao estádio. Então, acho que é justa essa cobrança, o respeito deve estar em todos os lugares, mas precisamos mudar essa cultura de que o estádio é um ambiente machista, porque lugar de mulher também é no estádio torcendo e precisamos de respeito para as nossas mulheres. Obrigada, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigada, Deputada Mabel. A senhora sabe, Deputada Mabel, que precisamos construir culturas diferentes: a cultura da não violência, a cultura da tolerância. Ainda que, às vezes, alguns e algumas contrariados tenham, que por força de medidas punitivas, inclusive, respeitar as diferenças, é que elas fazem muitas vezes mudemos o comportamento. Falava com alguns Deputados e com algumas Deputadas dias atrás, quando discutimos esse Projeto, Deputado Mabel, que até um tempo atrás, as pessoas achavam natural xingar jogadores pela sua cor de pele e ninguém dizia absolutamente nada. Aliás, os apelidos eram esses: era *Bombril*, era *Negrete*, era *Neguinho*, era *Preto*. Esses apelidos que eram dados, tivemos o caso do Londrina, tivemos lá em Brusque, quando o jogador foi xingado pelo seu cabelo. Temos casos que só são resolvidos porque há uma legislação específica, que prevê que essas pessoas tenham os mesmos direitos. As pessoas todas têm que ter os mesmos direitos,

homens, mulheres. É claro que é um processo de acomodação do ponto de vista de entendimento dentro da sociedade. Não é fácil mudar costumes. Vou a estádios também, Deputada Mabel, e fico muitas vezes, não na, mas ao lado da torcida organizada. Sabemos que têm mulheres que vêm até um determinado espaço no estádio e dali para frente elas não vão porque serão constrangidas, aí, elas voltam. Se elas quiserem passar para outro lado, elas procuram amigo ou namorado, alguém junto, pai, irmão, para poder atravessar. Falamos de sociedades que têm preconceitos contra as mulheres, contra LGBT, mas não percebemos o quanto somos preconceituosos também e o quanto incentivamos essa prática, com palavrões, muitas vezes com expressões físicas, que a senhora sabe que vemos em estádios. Quando não, e mais grave ainda, com agressões explícitas, ao você reparar no jeito que a mulher se veste ou a menina se veste, a forma como ela vai até a lanchonete, a forma como ela vai até a própria toalete, ao próprio banheiro. Tudo isso inibe meninas, inibe crianças, inibe mulheres, de irem muitas vezes sozinhas aos estádios. Sei que a senhora vai ao estádio, mas a senhora sabe que é muito mais confortável ir ao estádio, se for em um determinado espaço, mesmo sendo uma pessoa pública conhecida. Outras mulheres que não são conhecidas e que não são figuras públicas, sentem-se mais constrangidas ainda, ao ponto de não chegarem a dizer que gostam de futebol, porque futebol é um esporte para homem, é um esporte de contato, é um esporte de *porrada*. Não, isso é para *perna de pau*. Quem joga de fato sabe o que é o esporte. Isso serve para todos os esportes. Então, fica aqui mais uma vez o agradecimento à CCJ e, principalmente, à Deputada Cristina, que deu o parecer favorável. A Deputada Cristina fez uma belíssima defesa do seu parecer, inclusive, remetendo o seu parecer à Constituição Federal, que diz que somos todos iguais perante a Lei. É por isso que precisamos todos ter os mesmos direitos. O segundo ponto, Sr. Presidente, rapidamente, que quero abordar aqui, é sobre um Projeto que apresentamos e que foi lido, ontem, que institui no Paraná a ampliação e o alcance do Programa de Pagamento dos Serviços Ambientais, instituído pela Lei 17.134/2012. Essa lei é uma lei que prevê que você tenha compensação por preservar. A proposta que fazemos atualiza o texto estadual, permite a inclusão de

povos e comunidades tradicionais, pequenos agricultores, na cobertura de programas, instituído nacionalmente e que compensa quem trabalha para preservar os recursos naturais. Esse Projeto de Lei, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, reforça o mecanismo de remunerar a agricultura familiar, os assentamentos, as comunidades, que têm essa proteção nativa, permitindo, inclusive, diferente do que é a lei hoje, que possam fazer a coleta do pinhão; que possam fazer o desbaste da erva-mate; que possam sobreviver dentro daquilo que tantas vezes temos dito, que a floresta em pé tem mais valor, Deputado Homero, do que a floresta devastada. A floresta em pé rende mais hoje do que a floresta devastada. O senhor que é de Maringá sabe que Maringá e toda a região foram uma extensa floresta. Vou sempre a Maringá, o senhor sabe que vou sempre a Maringá. Hoje, passou a Serra do Cadeado, um pouco para frente, só temos campo de soja. Campo de soja, campo de milho, é necessário, necessário, mas não há preservação nenhuma. Até brinco às vezes que se algumas pessoas pudessem plantar soja, dentro do vasinho de flor em casa, estariam plantando, porque é óbvio que ele remunera muito mais. A pergunta é: O que vamos deixar para os nossos netos e para quem tem filhos pequenos, como é o caso de tantos Deputados, aqui, o que vamos deixar para os nossos filhos? Vamos deixar uma terra devastada ou vamos deixar uma terá preservada? Ainda há tempo de preservar. O Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, que podem ser capturados recursos de pessoas físicas, de pessoas jurídicas, de direito privado, incluindo o da representação coletiva perante agências multilaterais e bilaterais de cooperação internacional, preferencialmente, sob a forma de doações, sem ônus para o Tesouro Estadual. Essa proposta determina que a execução do PSA no Estado do Paraná, órgão gestor, dará preferência à realização de parcerias com cooperativas, associações civis e outras formas associativas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... que permitam dar escala às ações a serem implementadas. Nesse sentido, Sr. Presidente, quero aqui também fazer um

reconhecimento ao trabalho que fez o Deputado Pedro Ivo, Pedro Ivo Ilkiv, de União da Vitória. Em 2003, quando não havia nenhum trabalho, nenhuma discussão sobre pagamento por serviços ambientais, o Pedro Ivo veio para cá como pequeno agricultor e durante oito anos lutou para que tivéssemos, não conseguiu, para que tivéssemos pagamento por preservação. Acompanhei uma Audiência Pública do Deputado Pedro Ivo, onde ele trouxe um senhor de 80 anos, que durante mais de 40 anos preservou floresta araucária e, mesmo com a mulher tendo câncer, não poderia derrubar duas árvores, porque seria punido. Aí, ele falou: *Preservei a vida inteira. Se eu tivesse devastado e plantado soja, eu não estaria aqui.* Então, é para isso que queremos que esse Projeto seja aprovado e implementado no Paraná, pela preservação das nossas florestas. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Homero. Antes disso, registro a presença do Prefeito da cidade de Cambira, Sr. Emerson Toledo, e do Presidente da Câmara da cidade de Cambira, Sr. Cleber Torres; do Prefeito da cidade de Sarandi, Sr. Walter Volpato, e do Secretário de Urbanismo da cidade de Sarandi, Sr. Walter Volpato Júnior, por solicitação do Deputado Dr. Batista. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, um cumprimento especial para o Prefeito Volpato e para o Volpato Junior, que estão aqui na Sessão. É uma manifestação breve de hoje. Nos últimos dois anos, repercutimos muito a piora da crise, as restrições que isso levou a população a adotar, o fechamento de atividades, o uso de máscaras. Enfim, também acho que precisamos repercutir quando a situação se inverte e as notícias são positivas. Hoje, aqui no Paraná e no Brasil estamos tendo redução clara no número de casos da pandemia. Isso mesmo após o Carnaval e mesmo após boa parte do País ter desobrigado o uso de máscaras, aliás, em vários locais, inclusive, em espaços públicos, que ainda não aconteceu no Paraná. Ou seja, ficou bem demonstrado que, entre os principais fatores determinantes para a contaminação, o próprio vírus, o próprio comportamento do vírus é o principal deles e que a

decisão na semana passada de desobrigar o uso de máscaras, para menores de 12 anos, no Paraná, foi a medida adequada e correta a adotar. É uma medida que tem amparo na Ciência. É uma medida que passa a mensagem correta para a população, porque com ela prestigiamos o bem-estar das nossas crianças, em detrimento do bem-estar dos adultos, que deveria ter acontecido desde o início da crise. Aliás, diante da situação da pandemia, chegou a hora de desobrigar também o uso de máscaras, em qualquer ambiente no Paraná. É o que recomenda o estágio atual da pandemia. Já temos dois anos de crise. A população amplamente vacinada, muitas pessoas também contaminadas. Já temos uma certa camada de proteção contra o vírus na nossa população, que embora não seja uma imunidade definitiva e duradoura, porque esse vírus tem essa característica, já nos permite voltar ao máximo possível à normalidade. É claro que, ainda que haja outras ondas, precisamos ter em mente que teremos que voltar à vida normal. Ontem, o Parlamento Alemão mesmo sofrendo, ao contrário do que estamos sofrendo aqui, a maior crise no número de contaminação, não no número de hospitalizações, no maior número de infecções desde o início da crise, acabou o Parlamento Alemão com o período de transição, com o chamado passaporte sanitário e com a obrigação do uso de máscaras. O que deveremos fazer aqui também. Queria, para finalizar, repercutir um assunto que acho muito importante em um Estado, como o Paraná. Recentemente, o Ex-Governador Roberto Requião, que se filiou ao Partido dos Trabalhadores, esteve no acampamento do Movimento Sem-Terra, em Londrina, acredito que foi no dia 19. Fez algumas afirmações, que no meu ponto de vista, tornam-no completamente inábil para voltar ao cargo de Governador do Estado. Ele afirmou, por exemplo, que não é possível que se considere um título de propriedade como um impedimento ao acesso à terra. Disse também que, pessoalmente, para ele, o Governador Roberto Requião, só aceita o título de propriedade se apresentarem um título assinado por Deus e com firma reconhecida. Incrivelmente, o Roberto Requião foi por três mandatos Governador do Estado do Paraná e quer voltar a ser Governador do Estado do Paraná, um Estado de gente que trabalha, acorda cedo, produz e, por conta disso, precisa ter o direito reconhecido ao fruto do próprio esforço. O direito à

propriedade regulamente adquirido é um direito inalienável, que fundamenta a democracia no mundo e a civilização mundial. Não é possível que no nosso Estado, um Estado extremamente voltado à agropecuária, um Estado reconhecido por essa vocação, tenhamos um candidato ao pleito que faça esse tipo de afirmação. Aliás, afirmações esquisitas sobre o comportamento dele, quando era Governador, em relação a cumprimento de ordens de reintegração de posse. Acho que, inclusive, merece uma investigação, aliás, não só do que aconteceu no seu mandato, mas do que tenha acontecido historicamente no Paraná, porque temos tido algumas ações de reintegração de posse que não são cumpridas. Por algum motivo, isso não acontece. Isso naturalmente é uma violação grave da legislação brasileira. Também falou na ocasião, o João Pedro Stédile, que é fundador do MST, além de uma série de bobagens sobre o campo, ele entende muito pouco sobre o assunto, ele falou, por exemplo, que quem usa agroquímico ou agrotóxico tem o inferno à espera. Como se fosse possível, por exemplo, fazer agricultura e alimentar o mundo inteiro sem um produto como esse. Enfim, que fiquemos de olho. Para o Partido dos Trabalhadores a aquisição do Roberto Requião, como quadro foi importante, especialmente para a formação de bancadas aqui na Assembleia e no Congresso Nacional. No entanto, acredito que para ele não foi uma boa decisão, porque, assim, acho que ele diminui um pouco o teto de votos que ele poderia ter. Muita gente votaria no Requião, mas não votaria nele no PT. Acho que ele tomou essa decisão conscientemente, mas que fiquemos de olho no que esse tipo de afirmação representa e que acredito que não pode ser aceita no Estado, como o Paraná, e que fiz questão de falar isso aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Reichembach.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSC): Senhor Presidente, demais integrantes da Mesa, Deputadas e Deputados presentes no Plenário, também os que nos acompanham pela internet e cumprimentar também a população do Paraná. Quero fazer aqui um registro, Deputado Hussein, porque tenho sido bastante

abordado, como vários Deputados, principalmente os Deputados do Oeste, Gugu Bueno, em relação à BR-163. Essa obra interminável, essa obra importantíssima, que dá toda essa situação de um intercâmbio mais ágil, mais prático, com o Oeste do Paraná, especialmente com Foz do Iguaçu e também com o Mato Grosso. Essa obra está em um começo e para. Sei que é uma obra federal, mas precisamos de uma ação, Presidente Traiano, Hussein Bakri, do próprio Governo Ratinho Junior para que possamos ajudar a pressionar para que essa obra possa ser concluída, dada a sua grande importância em vários aspectos, inclusive em termos de segurança para os usuários. Mas quero usar este espaço da fala das lideranças para fazer referência a uma data que considero muito importante, que se comemora no dia 22 de março, o *Dia Mundial da Água*, um dia especial para uma discussão mais profunda, uma discussão conjunta, uma conscientização de todos os setores ligados ao assunto do meio ambiente, mas de toda a sociedade. Uma discussão muito séria, porque o assunto requer, o assunto é muito sério! Quando se fala em água, todos os dias deveriam ser com mais atenção para esse item, para esse assunto, porque todos dependemos da água para viver e ela é utilizada, ela é, enfim, indispensável. Infelizmente, estamos vivendo períodos de escassez de água, que se intensificam agora nos períodos de estiagem, especialmente em algumas regiões do Paraná, Oeste e Sudoeste, por exemplo, apesar de a chuva ter voltado, ainda não de forma tão intensa, já trouxe melhorias significativas para a agricultura, mas em termos de mananciais, em termos de água ainda estamos observando a grande preocupação. Isso sem dúvida nenhuma é resultado da ação humana, da agressão ao meio ambiente, da poluição, do desmatamento, infelizmente também da drenagem de nascentes e córregos pela ação da busca de espaços agricultáveis, sendo que temos tanto espaço para produzir e essa sustentabilidade é muito possível. Também influencia nisso sem dúvida o desafio que o País tem para saneamento básico, considerando que a média nacional ainda é muito aquém do recomendado pela Organização Mundial de Saúde, enfim, pela saúde pública, e isso afeta diretamente também a qualidade da água. O que temos visto e os Deputados são testemunhas disso é a busca desesperada quase, em alguns momentos, por

caminhões pipa, a demanda intensa para que cada vez mais se perfurem poços artesianos e infelizmente isso tem acontecido muitas vezes de forma descontrolada, de forma indiscriminada e sabemos que isso também traz uma solução imediata, traz uma solução emergencial, mas a curto e médio prazo é algo assim muito questionável estarmos indo cada vez mais profundo no subsolo na busca de água. Quando se fala em caminhão pipa ou mesmo em poços artesianos, era algo que víamos na televisão até pouco tempo e era muito ausente isso na região Sul e agora passou a ser uma realidade. Então, neste *Dia da Água*, chamo a atenção para esses aspectos. E o que tem acontecido são reuniões da área pública, conferências diversas, inclusive conferências internacionais em que se estabelecem metas, estabelecem-se prazos, estabelecem-se objetivos e na prática pouco tem se avançado, pouco tem se evoluído. Então, aposto na conscientização dos cidadãos, o desafio é esse! Acredito na juventude, acredito nas novas gerações, que trarão uma consciência maior em relação ao meio ambiente e automaticamente vai refletir de forma direta em termos água na superfície, termos água de qualidade. Então precisamos, nas escolas, nas igrejas e em todas as organizações sociais, estar com este assunto presente, inclusive nos parlamentos, porque, à medida que tivermos uma consciência maior da população, isso vai se refletir em uma prática que sem dúvidas trará resultados. Falei recentemente desta tribuna de um Requerimento que aqui fiz e foi encaminhado para o Secretário Norberto Ortigara, da Agricultura, para que a Secretaria, com o IDR, que está presente em todos os municípios, possa desenvolver um programa, possa fazer investimentos para fortalecer uma ação em relação a uma recuperação de nascentes, em relação ao fortalecimento e à proteção de mananciais, porque isso seria uma ação extremamente relevante e necessária. Quero sugerir também ao Governador Ratinho Junior, vou fazer isso pessoalmente, para que no próximo Plano de Governo isso conste como um objetivo, um compromisso do Governo. Em conversa também já pessoal com o Secretário Norberto Ortigara e também com o Presidente do IDR, o Natalino, eles acolheram muito bem a sugestão e me informaram que existe um projeto nesse sentido no Ministério da Agricultura para que se possa buscar também recursos no

Governo Federal com o objetivo de fazer uma ação nesse sentido. Também me disseram do pedido da Secretaria, que tem todo o nosso apoio, da Secretaria da Agricultura para participar, para poder acessar esses recursos que o Paraná tem em crédito junto à Petrobras, oriundo de uma multa que tem sido constantemente citada. Assim, fica aqui este alerta, fica aqui essa fala no *Dia Mundial da Água*. É importante que a ONU tenha instituído este tema para que esta discussão esteja muito presente em todo o Brasil no dia de hoje, em todo o Paraná, mas especialmente também que possa ser uma discussão mais presente em todos os dias, porque a água é nosso direito utilizá-la, mas é nosso dever preservá-la. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Marcio Pacheco, pelo glorioso Republicano, que acaba de ingressar.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Senhor Presidente, quero agradecer a V.Ex.^a pela condescendência do espaço. Quero cumprimentar todos os Sr.^s Deputados e as Sr.^{as} Deputadas e todos que nos acompanham de casa. Quero nesta tarde, Sr. Presidente, abordar algumas pautas que de fato foram grandes notícias de ontem para hoje e acho que é importante fazermos estes registros, são ações que envolvem diretamente o nosso Poder Legislativo. Ações que envolvem diretamente o nosso Poder Legislativo! Uma delas, tenho que destacar muito aqui a notícia, a informação que chegou, que vou começar por ela, de uma atuação que tivemos aqui na Assembleia, gigante, que colocou o Estado do Paraná como sendo o primeiro Estado do País a ter a altivez de legislar e de ter a sanção do Governador em torno da lei que estabelecia a regulamentação do ensino domiciliar aqui no nosso Estado, que trouxe tanta tranquilidade, foi a realização de um sonho para tantas famílias, pessoas já em contanto conosco de outros estados, inclusive de São Paulo e de vários outros estados, que se de fato tivesse sido mantida a lei, mudariam para o Paraná justamente para ter esse direito assegurado. E ontem nos vem essa informação, essa notícia de que o Tribunal de Justiça derrubou a nossa lei. Uma breve reflexão apenas: tenho muita dificuldade para entender isso. Embora respeitemos a decisão do Tribunal de Justiça, mas

como é difícil compreender você ter três Poderes, três Poderes, o Poder Legislativo, que representa o sentimento, que representa as demandas da sociedade, e o Poder Legislativo com mais de 40 votos, mais de 40 Deputados entendeu que de fato essa matéria era uma matéria que o Estado do Paraná precisa, quer e entende a sua necessidade; por outro lado, o Poder Executivo, que é o Poder que entende se de fato a lei é exequível, se é possível de ser cumprida e se é interessante para o Estado, e o Poder Executivo, na pessoa do Governador Ratinho Junior, não só sancionou, mas promoveu um ato para sancionar a nossa lei que regulamenta o ensino domiciliar no Estado do Paraná; e aí outro Poder, o Poder Judiciário, em algumas horas, em algum tempo, simplesmente acaba com esse sonho da população, das pessoas que desejavam, que sonhavam com essa lei, acaba com toda essa construção que foi feita diplomática, politicamente, com muita articulação, com muito trabalho aqui no Poder Legislativo e depois construído com o Poder Executivo. Então, Deputado Homero, tenho muita dificuldade de entender isso! Parece-me que é uma judicialização da política. Não vou nem falar neste caso em ativismo político dentro do Poder Judiciário, vou falar só em judicialização da política, que é algo que deveríamos não ver! Os legisladores decidem o que deve ser lei em um Estado ou em um País, o Poder Executivo executa e o Poder Judiciário deve ser esse Poder moderador, jamais com esse poder de influência que temos visto, que não é fácil de compreendermos. Ontem, quando fui gravar um vídeo para falar para as famílias educadoras, encontrei uma fisionomia para não demonstrar o que de fato estava no meu coração, que era a vontade de chorar literalmente, porque sei o que vivemos aqui dentro da Assembleia Legislativa e sei o que significou isso para tantas famílias que se emocionaram tanto quando conseguimos essa grande vitória. Mas, temos que levar uma mensagem de esperança para as pessoas, não podemos dizer: *Olha, foi assim, é o fim e estamos derrotados*. Porque não é isso que acreditamos! Mas que dói, dói! O que levamos para as pessoas é que... Aqui um agradecimento ao Presidente Traiano, a toda a Mesa Diretora, à Procuradoria-Geral da Casa, que vai promover o devido recurso ao Supremo Tribunal Federal, para que o Supremo Tribunal Federal avalie e, com a graça de Deus, reconheça

que a nossa lei é, sim, constitucional e tenho convicção dessa confiança que tenho da constitucionalidade da nossa lei. Então, quero agradecer ao Presidente, agradecer a todos que se preocupam com esta pauta. Também buscaremos acentuar a nossa luta para que o Congresso Nacional de fato resolva essa situação, regule essa questão em todo o País! Vamos tentar falar com o Presidente da República, que é um apoiador desta matéria, para que dê mais celeridade para que regule essa matéria, porque o Supremo Tribunal Federal disse que o ensino domiciliar é constitucional, mas depende de regulamentação, que fizemos aqui no Paraná e infelizmente tivemos essa notícia ontem. Outra pauta, os cumprimentos ao Presidente do Tribunal de Justiça, porque ontem também virou notícia, grande notícia, volta atrás na decisão que tinha adotado de imposição de passaporte sanitário para ingressar no Tribunal de Justiça e nos Fóruns do Paraná e ontem reconhece, como nós também, que estamos vivendo outro momento, um momento em que temos que dizer o seguinte: a pandemia, graças a Deus, está chegando ao fim. E temos que voltar a viver com liberdade, com responsabilidade e essa ação do Presidente de dizer que no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não haverá mais a exigência de passaporte sanitário merece o nosso reconhecimento, merece os nossos cumprimentos nesta tarde, o que faço. É um recado claro a muitas outras entidades e instituições, às nossas universidades, que de maneira, no meu entendimento, arbitrária, continuam cerceando um direito constitucional dos alunos de frequentarem as universidades sem a necessidade dessa exigência de passaporte. Então, fica um recado claro aos outros órgãos que continuam insistindo nessa bobagem de passaporte sanitário, que não impede a contaminação, que não impede o contágio e que fica cerceando direitos fundamentais das pessoas. Outra pauta, claro, não menos importante, também o nosso reconhecimento ao Tribunal de Justiça, na pessoa do Desembargador Ramon, que deu uma decisão dias atrás, atendendo a um pedido de alguns Deputados da Assembleia, que pediram a suspensão da tramitação do nosso Projeto que impede, proíbe a exigência de passaporte sanitário no Estado do Paraná. O Desembargador acolheu o pedido em um primeiro momento,

suspendeu a tramitação, mas acolheu as nossas argumentações. Apresentei, como havia o entendimento de que não poderia ter sido o relator na Comissão de Saúde porque tinha sido na CCJ, embora divirja desse entendimento, entendo que a Casa agiu plenamente dentro da constitucionalidade do Regimento, mas nós, para acelerarmos a tramitação, Deputado Homero, apresentei um declínio da relatoria e uma série de outras argumentações e o Desembargador entendeu essa argumentação e permitiu que déssemos continuidade à tramitação desse Projeto que está em regime de urgência e o Deputado Dr. Batista, Presidente da Comissão de Saúde, já convocou para amanhã, às 8h30, uma nova reunião, com a indicação de um novo relator, que, pelo o que recebemos, deverá ser o Deputado Evandro Araújo o novo relator na Comissão de Saúde. Vamos avançar e vamos trabalhar pela aprovação desse Projeto para dar tranquilidade jurídica à população, segurança e impedir esses abusos que estão acontecendo por Prefeitos, por Reitores e por outras autoridades que acham que têm o direito de fazer o que não têm o direito de fazer, porque não existe lei que obrigue a exigência do passaporte sanitário no Estado do Paraná. Por fim, finalizo com uma visita que fizemos nesta manhã, estávamos presentes eu, o Deputado Gilson de Souza, o Deputado Homero Marchese, o Deputado Ricardo Arruda e o Deputado Cel. Lee que participou a distância, outros Deputados iriam conosco mas tiveram outras agendas e não puderam, fomos tratar com o Procurador-Geral de Justiça, o Dr. Gilberto Giacoia, sobre essas ações que têm acontecido no Estado do Paraná de constrangimento, de pressão aos pais. Não existe lei no País que obrigue a vacinação de criança, aliás, nem de adulto, o que dirá de crianças! Não existe nenhuma nota técnica da autoridade competente nacional, que é o Ministério da Saúde, indicando que a vacina deva ser obrigatória, exatamente o contrário, tanto na Nota n.º 2 quanto na Nota n.º 10, da Secretária do Ministério da Saúde, que trabalha essa pauta, dizem o seguinte, que os pais devem, de acordo com o seu entendimento, consentir, ou seja, devem estar em acordo com a vacina e, se não puderem estar presentes, devem assinar um termo. Isso é o tamanho da autoridade, Deputado Gugu Bueno, que têm os pais e que o Ministério da Saúde reconhece essa autoridade dos pais para concordar. Se têm autoridade para

concordar, é evidente que têm autoridade para discordar e temos visto abusos, abusos por conta de alguns Promotores de Justiça que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Marcio, por favor, para concluir.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Temos visto abusos, equívocos de alguns Promotores de Justiça nos municípios que talvez, por interpretarem de maneira aumentada o que de fato talvez seja a intenção do Ministério Público no Estado, têm agido de maneira que os pais têm se sentido constrangidos e pressionados a fazerem a vacinação dos seus filhos, por isso outros núcleos, o Núcleo de Educação, Secretarias de Municípios estão fazendo com que os pais entendam que se não vacinarem serão punidos e que podem inclusive perder a guarda de seus filhos. Gente, isso é um absurdo tão grande! Fomos apresentar isso ao Procurador de Justiça, o Dr. Giacoia, que compreendeu e vai certamente fazer o diálogo para que esse tipo de constrangimento, de pressão, deixe de acontecer em todo o Estado do Paraná. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado pela condescendência, por este horário. Um forte abraço a todos que nos acompanham.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só um pouquinho, Presidente! Nós, árabes, não gostamos de dar desconto, quero o meu tempo cheio! Senhor Presidente, demais colegas e plateia que nos brinda com a sua presença. Também quero, a exemplo dos colegas que me antecederam, fortalecer a importância da água nas nossas vidas, na nossa vida, não é! Que este *Dia Mundial da Água* sirva para uma reflexão da importância do bom andamento, enfim, da manutenção, de cuidar do meio ambiente e de ações que garantam uma água de qualidade. Senhor Presidente, quero neste momento me dirigir a todos os Deputados aqui, primeiro respeitosamente aos Deputados da Oposição, que não posso negar que têm sido extremamente corretos e quando necessário não criam obstáculos para o bom

andamento dos Projetos aqui que impactam na vida das pessoas, porque daí votar contra ou votar a favor é uma obrigação, é um desejo de cada um e isso temos que respeitar. Mas, quero me reportar aos Deputados que compõem a Base e é em nome deles que estou aqui para falar, tenho essa legitimidade como Líder do Governo. Quero, Sr. Presidente, agradecê-los aqui por todo o esforço que têm feito, agradecê-los por tudo o que aguentaram até aqui em relação a algumas questões que remetem à melhoria da qualidade de vida ou, enfim, ao salário dos nossos funcionários. Vocês foram fundamentais, firmes e tudo na vida tem um tempo! Tem um tempo de plantar, tem um tempo de colher! E amanhã, Sr. Presidente, V.Ex.^a já sabe, a Mesa já sabe, oficialmente amanhã estaremos recebendo aqui, meu Vice-Líder Gugu, aquilo que estamos lutando há tempos, Sr.^s Deputados que compõem a Comissão de Segurança, todos os Deputados que lutaram muito para isso e que aguentaram alguns discursos demagogos, não digo aqui, fora daqui, de pessoas que nos ofenderam. Amanhã, estaremos colhendo o fruto de tudo aquilo que lutamos, que plantamos, que aprovamos projetos que permitiram ao Paraná chegar até aqui, qual seja a importância da valorização do funcionário. Amanhã, estaremos recebendo aqui, não tenho aqui comigo os índices, haverá aí uma melhora na carreira dos nossos policiais da segurança pública, militares, bombeiros, civis, e haverá reenquadramento na carreira do subsídio. A intenção é aproximar aqueles de baixo com os de cima. E existe uma discrepância muito grande, enorme, abissal entre aqueles lá de baixo com os que estão lá em cima. Não que os que estão lá em cima não mereçam, merecem, mas os de baixo precisam dessa recomposição salarial, e isso vai ser objeto desse Projeto amanhã com esse reenquadramento. E o Governo tem outras formas também de atender aos demais funcionários, que aqui ainda não quero revelar porque está sendo finalizado, na tarde de hoje, alguns detalhes técnicos, mas o fato concreto é que existe o desejo do Governo de atender a todas as classes dos funcionários de uma forma ou de outra. E queria pedir aqui o apoio de todos os Deputados porque o Governo fez um esforço supremo. Em momento algum o Governador abandonou a responsabilidade fiscal porque, a todo o momento, ele estava do lado do Secretário René perguntando, conversando, discutindo até onde

podia ir. Então, o Estado do Paraná está fazendo com muita responsabilidade aquilo que é possível. Se mais não está fazendo é porque não pode. Aí, sim, estaria ultrapassando aquela linha, aquele limite que nos coloca a perigo diante da Lei da Responsabilidade Fiscal. E V.Ex.^{as} terão acesso, amanhã, a esse Projeto. E quero conclamar a todos aqui para que nos ajudem, para que possamos aprovar esse Projeto a tempo ainda de ser implementado, antes dos reflexos advindos da Lei Eleitoral. Será um trabalho abissal para todos nós aqui, mas tenho certeza de que já contamos com a contribuição de todos, e não vai faltar agora porque, certamente, existem muitas pessoas que estão lá fora aguardando a nossa decisão aqui, muitas pessoas que inclusive ocupam funções que colocam a sua vida à disposição da sociedade. Então, quero repetir isso, Sr. Presidente, V.Ex.^a inclusive participou de uma das rodadas de negociações, V.Ex.^a é testemunha do esforço do Governador Ratinho Junior, do respeito que ele tem pelo funcionalismo. E repito para vocês, gente: está sendo feito no limite absoluto do que é possível, nem um milímetro para cá, nem um milímetro para lá. Amanhã, estaremos recebendo, e tenho certeza de que vamos poder contar com todos aqui. Senhor Presidente, é evidente que vai ter que passar pelas Comissões, e aí vamos ter que trabalhar com o bom senso de todos, ou continuar votando semana que vem até que isso aconteça. Tivemos um evento muito importante hoje, com a presença aí de mais de 250 Prefeitos, sem cor partidária, sabe, sem aquela marra de dizer: *Oh, você trabalhou para mim. Você não trabalhou para mim.* O Governador Ratinho Junior olha e sempre entende que o Prefeito é o representante da cidade, e foram liberados mais de R\$ 450 milhões em parceria com a Assembleia aqui. Quero parabenizar à Mesa, na pessoa do Gilson de Souza, na pessoa do Romanelli, na pessoa do nosso Presidente Traiano, dos demais. Parabéns! Acho que é muito importante a Assembleia dar essa contribuição e fazer essa parceria com o Estado, transformando em emendas para que os Deputados possam atender os seus municípios. Senhor Presidente, ainda, também, quero falar sobre a importância da primeira votação no Plenário, hoje, do Projeto de autoria minha e do Deputado Romanelli. Ele altera uma Lei que suspendeu, durante a pandemia, os prazos de validade dos concursos. Temos muita gente que precisa ser

chamada, muita gente que precisa trabalhar e precisamos, por meio desse Projeto, fazer com que isso seja colocado em prática. Para finalizar, Presidente, tenho um Projeto aqui que foi aprovado na CCJ hoje, que é de minha autoria, de V.Ex.^a, não sei se tem mais alguém da Mesa, que queremos restabelecer para a população do Paraná a possibilidade de pagar R\$ 170,00 nos Gravames. Tínhamos votado isso aqui, no final do ano retrasado, o Tribunal de Contas desgraçadamente, e aí não entendo por que acontece isso, suspendeu uma decisão da Assembleia. O Tribunal de Contas é um braço auxiliar, o Tribunal de Contas não manda na Assembleia. E o cidadão paranaense, a partir dessa decisão, está pagando R\$ 340,00 na taxa do Gravame. Então, estamos colocando essa Lei agora para voltar para os R\$ 170,00, e tenho certeza de que vamos poder contar com o apoio de todos os colegas aqui em benefício da sociedade do Paraná. Não tenho nada contra ninguém do Tribunal de Contas, respeito vários pares, não quero generalizar todos, existem pessoas boas lá, bons Conselheiros, mas não entendo essa decisão. Não consigo admitir essa decisão, não aceito e vou continuar lutando para que isso não seja uma injustiça como aconteceu. A partir da aprovação desse Projeto, tenho certeza de que o povo paranaense passará a ser respeitado, visto que essa taxa vai voltar a ser os R\$ 170,00. Obrigado! Um abraço a todos!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Hussein, aproveitando a sua fala, quero testemunhar o seu empenho como Líder do Governo para buscar a solução dessa questão dos policiais, principalmente a Base. O Governador, tive a oportunidade de participar de uma reunião apenas, para corrigir e melhorar o salário dos policiais, dos cabos, enfim, é um Projeto que vai chegar amanhã cedo aqui, acordado. Precisamos fazer a leitura ainda amanhã e já solicitar à Comissão de Constituição e Justiça que convoque a Comissão para segunda-feira extraordinariamente, porque teremos três dias para discutir e aprovar essa Mensagem, para que o Governador possa sancionar até o dia 2 de abril. Ela precisa ser votada antes do período que a legislação eleitoral impede para conceder esses benefícios. Então, também faço esse apelo a todos para que possam somar-se nesta luta aí para que possamos resolver esse problema, esse

impasse da Polícia Militar, Civil, enfim, sei que o Projeto vai estender benefícios para todos os servidores do Estado, pela informação que tenho. Também o Deputado Hussein fez outra afirmação em relação a um Projeto. Não é apenas o Tribunal de Contas, Deputado Hussein, há uma decisão do Tribunal de Justiça que garantiu o pagamento dos R\$ 350,00 para o Gravame. Portanto, o que será votado aqui é a manutenção da proposta do Governo na ordem de R\$ 173,00. É exatamente isso. Até porque senão o cidadão tem que estar neste momento pagando R\$ 350,00, porque é uma decisão de Justiça. Com a palavra, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, demais Deputados e Deputadas. A nossa fala hoje, enquanto Liderança da Oposição, é para traçar um paralelo sobre o reajuste dos Poderes *versus* o Poder Executivo, mas vou ceder agora um aparte ao Deputado Requião Filho, que me pede neste momento o aparte. Por favor, Presidente, aparte para o Deputado Requião que está via *Zoom*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Requião, tem o aparte concedido, sem nenhum problema.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É que ele está no *Zoom*, tem que liberar o som para ele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Mas aí...

Deputado Requião Filho (PT): Pronto, liberou, Presidente. Liberaram. Deputado Arilson, Presidente Traiano, ouvi aí a fala do Deputado Homero e acho que o Deputado Homero não sabe a violência que é uma reintegração de posse. Geralmente, os Juízes que concedem as reintegrações de posse não participam dessas reintegrações, não sabem a violência que é colocar policiais contra pais de família, trabalhadores, mulheres e crianças, máquinas destruindo barracos, destruindo o trabalho de pessoas. Na maioria das vezes, as reintegrações de posse, que são concedidas, são de posses precárias como, por exemplo, o caso

da Araupel, aqui no Brasil, que teve diversas decisões judiciais mandando reintegrar a posse à Araupel, até que a Justiça brasileira viu por bem e tomou a correta decisão de dizer que aquela terra nunca havia sido da Araupel, que não era dela de direito. Então, estamos falando, sim, de posse precária. É rara, é muito rara a invasão de posse de famílias trabalhadoras que produzem na terra. Geralmente, as áreas invadidas pelo MST ou as áreas invadidas em geral são áreas onde a posse não é regular, onde a terra não é trabalhada, onde a terra não produz. Então, quando falam, e falam besteira, são pessoas que não conhecem a realidade do campo, nunca viram a violência que pode ser. E é dever de qualquer governante, inclusive do Governador Ratinho, prezar pela segurança da população brasileira e da população paranaense, evitar sempre que possível o confronto da nossa querida Polícia Militar com trabalhadores. É sempre mais inteligente e mais correto chegar a uma solução amigável, a uma solução correta. A violência de se cumprir uma ordem absurda, de alguém que muitas vezes sequer sabe onde fica aquele pedaço de terra, não deve ser cumprida mesmo, e deve ser inclusive convidado que esse Juiz, se ele quiser que ela seja feita à força, que ele vá participar. Deveria ser inclusive obrigatório que o Juiz que concede uma reintegração de posse, que pode acabar em um banho de sangue, ele deveria estar lá presente e ser responsabilizado pelas vidas dos nossos policiais e dos nossos paranaenses. Era isso, Arilson. Muito obrigado!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado Maurício! Continuando a nossa fala, a questão hoje aqui é sobre os reajustes aos vencimentos do Poder Judiciário, da Assembleia, da Defensoria e do Tribunal de Contas. Existe, de maio de 2020 a abril de 2021, um acumulado e está sendo colocado aqui em votação um aumento de 9%, distribuído em três parcelas: janeiro retroativo 2.4, agosto 3.3, dezembro 3.3. A Oposição vai votar a favor desse Projeto porque entende a importância do serviço público e a valorização que tem que ter o servidor público. Nove por cento não repõem as perdas salariais. A Oposição vota “*sim*” e a Oposição apresenta um Requerimento que vai ser votado, no final desta Sessão, pedindo que o Governo do Estado estenda os mesmos 9% para toda categoria do serviço público estadual, toda categoria do

serviço público estadual receba também os 9%. O Governo do Estado ofereceu 3%. É o Governo que menos oferece no Brasil. Reportagem, hoje, do *Globo* traz os 26 estados e os percentuais que vão ser repassados de aumento aos servidores públicos: Alagoas, 10%; Amazonas, de 7.34 a 31, com a correção em algumas categorias; Rio de Janeiro, 13.05%; Santa Catarina, de 21 a 33%; São Paulo, de 10 a 20%. O Paraná apenas 3%. O acumulado ao longo de mais de cinco anos no Estado é de mais de 34% e o Governo do Estado não olha isso. A verdade é quem ganha hoje 3 mil, era para estar ganhando R\$ 4 mil no Governo do Estado do Paraná. Mas, gente, quem comia filé mignon passou a comer a acém; quem comia acém passou a comer frango; quem comia frango passou a comer ovo; quem comia ovo hoje passa fome; mas quem comia caviar, Deputado Tadeu, continua comendo caviar. Essa política de não valorização e distribuição dos recursos do Estado, principalmente para o serviço público, é uma política neoliberal. O Ratinho está escolhendo ser o CEO de uma empresa e não um Governador do Estado do Paraná. Está escolhendo ser um gestor empresarial e não um gestor público. Está escolhendo o Estado mínimo por meios legais aqui dentro desta Casa. Não podemos admitir isto. Um Estado que teve, o ano passado, 49.98 bi de receita financeira executada. O gasto de pessoal do Paraná é de 11... toda folha de pagamento do Estado do Paraná, 1% de aumento aqui neste Poder Executivo aos funcionários corresponde a 115 milhões. Se o Ratinho desse 10%, daria 1,15 bilhão, 1,15. A renúncia é 17 vezes maior que o aumento. Está escolhendo para quem governar e é isso que temos que entender. O que tem aqui é decisão política. Está se tirando dinheiro do servidor e do serviço público para pôr na mão do grande empresário, que nem sabemos quem é porque a Sefaq sequer divulga a lista dos beneficiários. Temos condições financeiras e fiscais para acontecer isso. O gasto com despesa de pessoal apresentado pelo Secretário da Fazenda é 42%. O limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 49, ou seja, Deputado Tadeu, existe margem fiscal, existe também a condição financeira. Teve receita, teve superávit o ano passado superior a um aumento que pudesse dar de 10%, 15% ou até 20 se quisesse. O que temos que entender aqui é que está tendo uma opção política. Por isso, esse Requerimento ao final da

Sessão, para que no mínimo se iguale a 9%, que todos do Executivo passem a receber o aumento que todos que vão receber dos outros Poderes. Temos que discutir isso. Não se pode privilegiar castas do serviço público. O policial, o professor, o servidor da saúde, o servidor da agricultura, todos são iguais. Existe e é obrigatório se ter um tratamento linear. Não se pode se diferenciar um ou outro. O Governador tem que olhar isso como um todo. Possuímos condições de fazer esse reajuste. Agora, é escolher para quem fazer o reajuste. É escolher para quem fazer o reajuste. O Governo tem que olhar isso. O senhor me pediu um aparte, Deputado Tadeu? O Governo tem que olhar como fazer isso. Então, acho que dá tempo, assim como o Líder do Governo colocou que amanhã serão apreciados novos projetos, está em tempo de o Governo do Estado mandar para cá, em regime de urgência, a tramitação de um Projeto que salte de três para nove a equiparação e o reajuste salarial. Dá tempo, é simplesinho. Mandam aqui do Palácio do Iguaçu, o Presidente vai ler aqui, o 1.º Secretário, na Sessão, e amanhã o aumento, o reajuste melhor, deixa de ser 3% e passa a ser 9. Só basta a vontade política, as condições financeiras estão aqui esboçadas. A margem fiscal está esboçada. Ou o Governo vai querer tirar mais dinheiro do servidor público para fazer renúncia fiscal para grandes empresas, que nem sabemos quem são? Aliás, nem sabemos onde estão. Aqui, a Oposição vai promover um debate sobre a renúncia fiscal e vou dar uma colherzinha de aviso: quase não existem empresas do interior do Estado do Paraná preteridas na renúncia fiscal que o Governo faz de 17 bi, que é maior que toda a folha de pagamento no ano no serviço público do Estado. Vamos debater isso com muita precisão, muita técnica e muita responsabilidade, mas em breve vai aparecer quem, quando e por que ganharam tais benefícios, que tiram nada mais, nada menos que 30% do orçamento do Estado em renúncia fiscal, Deputado. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bühner (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (53 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: *Maria Victória (PP), conforme §4.º do art. 97 do Regimento Interno (1 Parlamentar).]**

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 91/2022, do Deputado Marcio Pacheco, que concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade de Assistência aos Necessitados – Lar dos Idosos Perseverança, com sede no município de Paranaguá; **Autuado sob o n.º 92/2022**, do Deputado Tião Medeiros, que concede o Título de Capital do Voo Livre Paranaense ao município de Terra Rica; **Autuado sob o n.º 93/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores dos Cinco Conjuntos, com sede

no município de Mandaguari; **Autuado sob o n.º 94/2022**, do Deputado Goura, que institui a Semana do Rio Ribeira do Iguape, a ser realizada anualmente de 6 de 12 de outubro; **Autuado sob o n.º 95/2022**, do Deputado Anibelli Neto, que denomina de Escola Fazendária Cleto Tamanini a Escola Fazendária da Receita Estadual.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 582/2020, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa Assistencial Eurípedes Barsanulfo, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Adelino Ribeiro, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Galo, Gilberto Ribeiro, Marcio Pacheco, Paulo Litro e Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Meu voto é “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio

Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilberto Ribeiro, Maria Victória, Paulo Litro, Soldado Adriano José e Tadeu Veneri (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 582/2020. Quarenta e quatro votos, com o voto do Deputado Tadeu. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 34/2022, de autoria da Comissão Executiva, que concede revisão geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos inativos e pensionistas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Luiz Fernando Guerra, Plauto Miró e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião*

*Filho, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Votou Não:** Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Gilberto Ribeiro, Maria Victória, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (6 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 34/2022.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 36/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público, Ofício n.º 117/2022, que dispõe, conforme especifica, sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Cobra Repórter, Gilberto Ribeiro, Luiz Fernando Guerra, Plauto Miró e Ricardo Arruda. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Votou Não:** Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cobra Repórter, Gilberto Ribeiro, Maria Victória, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (6 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 36/2022.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 37/2022, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 13/2022, que concede revisão geral anual dos anos de 2020 a 2021, alterando as tabelas de vencimento básico e subsídio do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro e Ricardo Arruda. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Votou NÃO:** Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Maria Victória, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (6 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 37/2022.**

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 38/2022, de autoria do Tribunal de Contas, Ofício n.º 3/2022, que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações, do auxílio-creche e do auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao art. 37, inciso X, da

Constituição Federal. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Senhores Líderes, como encaminham o voto?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Desculpa, Presidente, estávamos aqui conversando, com bom senso, equilíbrio, o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos da Deputada Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Gilberto Ribeiro e Requião Filho. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Votou Não:* Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cobra Repórter, Gilberto Ribeiro, Maria Victória, Requião Filho e Soldado Adriano José (6 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 38/2022.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Requião Filho.)

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 39/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 147/2022, que reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “*Sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Artagão Junior, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra e Soldado Adriano José. Deputado Requião pede que se registre em Ata o seu voto no Item 5. Está devidamente registrado a favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Votou Não:* Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória e Soldado Adriano José (6 Deputados).*] Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 39/2022.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 307/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais de Terra Roxa – APA, com sede no município de Terra Roxa. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória e Plauto Miró (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 307/2021.**

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 768/2021, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Anderson Mathias Bonin Bueno. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro

*Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 768/2021.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 82/2022, de autoria dos Deputados Hussein Bakri e Luiz Claudio Romanelli, que altera a Lei n.º 20333, de 28 de setembro de 2020, que suspende o prazo de validade dos Concursos públicos já homologados durante o período de vigência de calamidade pública no Estado do Paraná, em decorrência da pandemia do coronavírus Sars-Cov-2. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição entende a necessidade de se chamarem alguns concursos e executarem alguns que estão enquadrados nesse dispositivo legal, mas aqui quero convidar os nobres Deputados e Deputadas a fazerem uma reflexão. Vou fazer um adendo. A Lei Estadual n.º 20.233, suspendeu os prazos de validade dos concursos públicos que já tinham sido homologados durante o período de vigência de calamidade pública. O Projeto de Lei n.º 82/22, da Ordem do Dia, prevê uma exceção, para que possa ser dado prosseguimento aos concursos públicos estaduais à edição de ato específico motivado, após análise das condições fáticas, ainda que durante o prazo de vigência do período de calamidade pública. É mais uma comprovação de que o Poder Executivo está promovendo excepcionalidades aos efeitos da decretação de calamidade pública. Entretanto, está mantido o Decreto n.º 43/19 de 2020, que prevê a dispensa de atingimentos dos resultados fiscais e a limitação

de empenho em caso de déficit de receita, a suspensão da contagem de prazo e a disposições com despesa de pessoal e limite da dívida consolidada. E serão dispensados os limites, condições de demais restrições aplicáveis a contratações, operações de crédito, concessões de garantias, contratação entre entes da federação, recebimento de transferência voluntária e outros itens mais que estão elencados no art. 70 da Lei Complementar n.º 101/2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde todos os atos estão orçamentário e financeiro necessários ao atendimento de despesa relacionadas ao cumprimento do Decreto Legislativo. O que quero colocar aqui é que esta Casa tem que se ater ao que está acontecendo. Votamos um Projeto que dá ao Estado poder de flexibilizar o uso de máscara. Estamos votando medidas que flexibilizam algumas condições sanitárias, mas estamos mantendo para o Estado as regalias promovidas pelo decreto de calamidade pública na questão financeira. É uma contradição. Ou entendemos que essa pandemia realmente está chegando ao fim, como muitos colocam aqui e que não é possível manter a calamidade pública e revoga, e o Estado volta a cumprir as tramitações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e outras leis que regulam a iniciativa do Poder Executivo, agora vamos abrir brechas. Eu, particularmente, e a Oposição vai votar “*sim*” a esse Projeto, mas temos que ter um entendimento. Mantém a calamidade pública para tudo ou para alguns itens? Como que é isso? Temos que entender tudo isso. Esse funcionamento aqui dentro. O Estado vai ficar privilegiado em termos de fiscalização, regulação e entendimento do uso financeiro e fiscal e vai ter exceções promovidas. É muito contraditório o que está sendo colocado aqui. Então, sugiro que possamos enviar, Hussein, para o Governo, um pedido de informações para que o Estado justifique o porquê de mantermos algumas medidas, em determinado momento, com relação à calamidade pública, e em outros não, porque fica difícil o entendimento. Estou querendo contribuir para o debate, até porque acho, na minha avaliação, uma área que sou formado, acho que, futuramente, essas exceções que estamos fazendo, como esse caso agora, vão permitir questionamentos judiciais sobre aprovações de conta do Estado do Paraná, por estar infringindo dispositivos de leis maiores, como é o caso de Lei de

Responsabilidade Fiscal e outros elementos. Então, queria colocar isso. A Oposição vai votar favorável pelo entendimento sobre os concursos e contratação das pessoas, mas temos que ter um olhar fiscal sobre o Estado, que é o papel desta Casa, cumprir a fiscalização sobre as contas públicas e os procedimentos administrativos, financeiros e fiscais que o Estado precisa ter. Então, fica esse adendo e o voto “*sim*” da Oposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Primeiro, Deputado Arilson, quero lhe cumprimentar, porque seu nível de intervenção eleva o nível do debate aqui nesta Casa. Esta Casa precisa retomar, de fato, o protagonismo no debate das finanças públicas, discutir o orçamento em profundidade, tratar da questão da gestão fiscal, penso que isso é absolutamente fundamental. A atividade parlamentar não se resume, exclusivamente, ao atendimento às demandas de municípios ou de outras categorias profissionais. Na verdade, o nosso papel aqui é muito mais amplo ao discutir a questão do Estado. Quando no ano retrasado propusemos essa lei ao Governo, foi da nossa iniciativa, foi justamente para garantir direitos de servidores, de pessoas, enfim, que pretensamente querem ser servidores e que, efetivamente, haviam prestado o concurso público e, por conta de um veto que o então Presidente da República Jair Bolsonaro havia feito, perderiam o direito de poder, no tempo adequado, da previsão de vigência de um concurso, poder assumir a vaga. Na verdade, tem uma disposição constitucional, essa não é possível de se superar, enfim, encontramos uma solução na lei. Ocorre que o Estado do Paraná, por uma decisão naturalmente de política fiscal, decidiu estender, como a maioria, quase 100% da totalidade dos estados e municípios fizeram, estender o estado de calamidade pública, a vigência até o dia 30 de junho deste ano que, diga-se de passagem, levou inclusive termos que revogar a lei da questão da máscara, porque só perderia a validade com o fim da calamidade pública e, ao mesmo tempo, esse tema específico. Então, o Governo está tratando

a questão fiscal, vimos aqui outro dia, recentemente, o Secretário Renê, fazer a explanação da situação financeira do Estado, que ele apresentou o quadrimestre, terceiro quadrimestre, e todos vimos que o Governo está com os indicadores todos eles em azul. Ou seja, todos os indicadores mostram gestão fiscal responsável, que é meu grande receio, inclusive, falava com o Líder do Governo, ainda há pouco, Deputado Hussein Bakri, sobre o impacto que essas medidas, que o Governo enviará a esta Casa, provocarão no nosso orçamento público, em face à despesa que aumentará muito nos gastos com pessoal. Então, veja, isso aqui decorre de uma necessidade do serviço público. É uma exceção que está sendo pedida. Vossa Excelência pode ler, inclusive, que o concurso público para ser retomado tem que ter a edição de um ato específico motivado. Não é qualquer concurso, por qualquer razão. Na verdade, o próprio art. 2.^a especifica muito claramente isso. Por isso que creio que o debate é importante, mas o que está sendo feito, está sendo feito à luz do interesse público, Deputado Hussein Bakri trouxe o tema, avaliamos a pertinência e por isso que assinamos conjuntamente esse Projeto de Lei, que visa justamente adequar o quê? A boa prestação de serviço público à população paranaense. É isso. Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Falou e disse. Peço a todos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto, Dr. Batista, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho,*

*Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Evandro Araújo e Maria Victória (5 Deputados).]* Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 82/2022.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 6/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de agosto de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Enquanto aguardamos o resultado da votação, Sr.^s Deputados, a Mesa Executiva, em nome de todos os servidores da Casa, servidoras e Deputados, quer registrar aqui o envio de votos de pesar à família enlutada pelo falecimento do Dr. Ayrton Costa Loyola. O Dr. Ayrton ingressou na Casa em 1963, ocupou vários cargos aqui. Foi Procurador da Assembleia Legislativa. Serviu a Assembleia por 47 anos e no dia de hoje, aos 98 anos de idade, o Dr. Ayrton descansou. Então, em nome da Assembleia Legislativa, queremos enviar os votos de pesar à família do Dr. Ayrton. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca

Aberta Junior, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória e Requião Filho (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 6/2022.**

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem,* Deputado Marcio.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Apenas na mesma esteira que V. Ex.^a manifestava anteriormente. Quero também registrar aqui minhas profundas condolências pelo falecimento que surpreendeu toda a população de Cascavel, do grande empresário Valdir Grapégia, que nos deixou também neste dia. Um grande empresário. Uma família muito considerada no município. E lamentamos profundamente a partida deste grande homem.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, apenas para poder registrar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Apresentamos em conjunto pela Comissão Executiva esse voto de pesar pelo falecimento do Ex-Procurador desta Casa, Dr. Ayrton Loyola. Para quem não o conheceu, foi uma figura extraordinária, de saber jurídico imensurável, que contribuiu muito para este Parlamento. Aqui deixou, certamente, os melhores anos da sua vida. Uma pessoa ímpar que tivemos o privilégio de conviver. Então, fiz questão até de registrar. Penso que esta Casa aqui temos que estudar, que possamos designar um espaço desta Casa aqui com o nome do Dr. Ayrton Loyola, porque é uma pessoa merecedora e merece, na verdade, a sua memória, a sua história ficar gravada em algum espaço público aqui desta Casa de Leis.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Acho que a melhor solução, Deputado Romanelli, seria a própria estrutura da Procuradoria. O Dr. Ayrton foi realmente uma pessoa muito importante aqui dentro do Poder Legislativo.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 504/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil quanto à aplicação de reajuste igualitário aos servidores do Poder Executivo, de acordo com os índices de reposição inflacionária aplicados aos servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Legislativo, Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, tenho dois requerimentos, um da Deputada Mabel já transformado em envio de expediente e outro do Deputado Arilson, que vou pedir para discutir, para amanhã conseguirmos consignar como envio de expediente e aprovar. Está bom?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Adiado, então.
Adia-se na forma regimental.

Requerimento n.º 540/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, requerendo informações acerca dos recursos a serem destinados para Ponta Grossa para execução de obras. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 526/2022, do Deputado Ademar Traiano, requerendo a dispensa de votação de Redação Final aos Projetos de Lei n.º 582/2020 e 34, 36, 37, 38 e 39/2022 da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como

estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 505 e 506/2022, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e envio de menção honrosa aos senhores: John Lineker dos Santos de Paula, e Ocimar Costa Santos; **Requerimentos n.ºs 507 a 516, 532 a 539 e 541/2022**, do Deputado Plauto Miró, encaminhando votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Ellen Irmgard Rebishike, Hilda Ribeiro dos Santos, Arlete Berlintes Cibello, Aurora Sousa Carneiro, Cecília Santos de Oliveira, Maria Thereza Stremel, João Maria Soares, Hilton do Espírito Santo, Leonardo Bus, Pedro Soares, Francisco Geraldo de Medeiros, Sylvio Alves da Silva Filho, João Waltmann, Libertino Pereira de Almeida, Renato Dainelli, Francisco da Luz Lopes, Lourival Alves Ferreira Santos, Luiz Baltazar Sommer, e Octília Pereira Barbosa; **Requerimento n.º 517/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Diretor Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – Adapar, Sr. Otamir Cesar Martins; **Requerimento n.º 518/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de votos de louvor aos Soldados Cristiano Barbosa Alingheri e Renan Gaudêncio Caldi, integrantes da ROCAM da 4.^a Companhia, do 2.º Batalhão de Santo Antônio da Platina; **Requerimento n.º 519/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência, requerendo providências urgentes para a implantação de uma unidade de atendimento do SAS – Sistema de Assistência à Saúde dos servidores públicos civis efetivos e militares, ativos, aposentados, da reserva remunerada, reformados e seus dependentes, bem como os pensionistas do Estado do Paraná, no município de Ivaiporã, para atendimento dos servidores na região central do estado; **Requerimento n.º 520/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o registro e envio de voto de congratulações a Brenda Bernardo da Silva – Miss Paraná/2022; **Requerimento n.º 521/2022**, do Deputado Arilson Chiorato,

solicitando envio de expediente ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Luiz Roberto Barroso, requerendo a manutenção da suspensão das ordens de reintegração de posse e remoção em áreas rurais e urbanas no âmbito da ADPF n.º 828; **Requerimento n.º 522/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário Estadual do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, requerendo com urgência a retificação das Autorizações Florestais n.º 2041.5.2020.24947 (SINAFLO-24103447) e n.º 2041.7.2020.28606 (SINAFLO-24103446), uma vez que foram reconhecidas, pelo próprio IAT, falhas nos atos administrativos e que houve decisão de primeiro grau pelo restabelecimento das mesmas, tudo nos autos de Mandado de Segurança n.º 0007106-48.2021.8.16.0004; **Requerimentos n.ºs 524 e 525/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa aos senhores: Jôni Inocêncio Leite e jornalista Loidi Deauble Ferst; e empresária Delise Guarienti Almeida; **Requerimento n.º 527/2022**, do Deputado Anibelli Neto, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Carlos Augusto Fernandes; **Requerimento n.º 528/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o registro e envio de voto de congratulações ao dono do Supermercado Montana Alberto Matos Araújo; **Requerimento n.º 529/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, Sr. Marcelo Pimentel Bueno, conforme especifica; **Requerimento n.º 530/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Diretor Geral da Paraná Edificações – PRED, Sr. Marcus Mauricio de Souza Tesserolli, conforme especifica; **Requerimento n.º 531/2022**, da Deputada Mabel Canto, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Alexsandre Vieira Simões; **Requerimento n.º 542/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, expressando preocupação com o fim do prazo estabelecido, por decisão liminar, da vigência da ADPF 828, que ocorrerá no dia 31/03/2022; **Requerimento n.º 544/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo a distribuição gratuita de máscaras PFF2 nos

terminais de transporte público, em especial no inverno; **Requerimento n.º 546/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano e Gilson de Souza, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento do Dr. Ayrton Costa Loyola.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 543/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 11 de abril de 2022; **Requerimento n.º 545/2022**, do Deputado Michele Caputo, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 11 de abril de 2022; **Requerimento n.º 547/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 19 de abril de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 503/2022**, do Deputado Requião Filho, comunicando oficialmente sua filiação junto ao Partido dos Trabalhadores – PT, requerendo que sejam realizadas todas as medidas necessárias pela DAP.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 523/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de março de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 23 de março de 2022, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 669/2021 e 699/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 307/2021, 768/2021 e 82/2022 e

do Projeto de Resolução n.º 6/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 451/2021, 775/2021 e 69/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h44, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)